

UDR quer que Constituinte isente agricultores da correção monetária

Da Sucursal de Brasília
e do correspondente em Bauru (SP)

Entre o final desta semana e o começo da próxima desembarca novamente em Brasília o lobby da União Democrática Ruralista (UDR). Depois da vitória no capítulo da reforma agrária, a entidade mobiliza suas 300 regionais no país para forçar a aprovação de emendas ou fusão de emendas ao "Ato das Disposições Transitórias" da nova Constituição que garantam a isenção da correção monetária sobre o crédito agrícola e a pequenos e médios empresários. A intenção da UDR é reeditar, em escala maior, a "Marcha sobre Brasília" realizada em 87.

Em entrevista ontem de manhã na sede nacional da entidade, o presidente Roosevelt Roque dos Santos negou que a UDR pretenda a "anistia do principal e dos juros dos financiamentos". "Isto seria imoral", afirmou, acrescentando

que a entidade pretende apenas a isenção da correção, e só se mobilizará junto aos constituintes neste sentido. Roosevelt apresentou um parecer jurídico do advogado Antonio Ferreira Alvares da Silva, um ex-diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, que conclui pela ilegalidade da cobrança de correção monetária dos financiamentos agrícolas.

Cafeicultores

Mais de mil cafeicultores dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais realizaram ontem, em Piraju (330 km a oeste de São Paulo), um ato de protesto pela isenção da correção monetária no pagamento dos financiamentos contraídos na época do Plano Cruzado. Na reunião que antecedeu a passeata, no clube 9 de Julho da cidade, foi criada a Frente de Defesa do Agricultor, comissão que deverá ir a Brasília, possivelmente no próximo dia 16, para uma manifestação.

Segundo o cafeicultor Francisco Rafael de Araújo Ribeiro, 39, membro do sindicato rural de Limeira (SP), a manifestação diante do Congresso constituinte, deverá ocorrer no dia da votação da emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que propõe a isenção da correção monetária, na liquidação dos débitos do setor agrícola. A diretoria da Frente de Defesa do Agricultor, composta por oito membros de sindicatos rurais e cooperativas de três Estados, eleita ontem em Piraju, "vai pressionar os constituintes, para que aproveem a emenda de Lavor", disse Ribeiro.

No ato de protesto de ontem, feito em praça pública, os cafeicultores se manifestaram pela liquidação das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, com anistia da correção monetária. Só em Piraju, essas dívidas somam cerca de Cz\$ 2,5 bilhões.